

Fabrcio Bolzan de Almeida

Doutorando e Mestre em Direito Constitucional pela PUC-SP. Professor de Direito Administrativo e Direito do Consumidor do curso preparat3rio para concursos Luiz Fl3vio Gomes – LFG. Coordenador da P3s-gradua33o em Direito P3blico da Rede LFG. Professor da P3s-gradua33o *lato sensu* da Escola Paulista de Direito – EPD e da PUC COGEAE. Advogado e S3cio Fundador do Escrit3rio Bolzan de Almeida e Franzim H3neke Advogados.

Manual de

Direito Administrativo

3ª edi33o

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-53607-42-6

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057Av. das Nações Unidas, 7.221, 1ª andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

Almeida, Fabrício Bolzan de

Manual de direito administrativo / Fabrício Bolzan de Almeida. – 3. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.

1. Direito administrativo 2. Direito administrativo – Brasil
I. Título.

18-1889

CDU 35(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito administrativo 35(81)

Direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Consultoria acadêmica	Murilo Angeli Dias dos Santos
Edição	Liana Ganiko Brito Catenacci Mayara Ramos Turra Sobrane
Produção editorial	Ana Cristina Garcia (coord.) Carolina Mihoko Massanhi Rosana Peroni Fazolari
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Claudirene de Moura Santos Silva Fernanda Matajs Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa Verônica Pivisan Reis
Planejamento e processos	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Fernando Penteado Mônica Gonçalves Dias Tatiana dos Santos Romão
Novos projetos	Fernando Alves
Diagramação e revisão	Obá Editorial
Capa	Aero Comunicação
Produção gráfica	Mari Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 18-12-2018Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605658 CAE 640930

Sumário

<i>Nota do autor</i>	21
CAPÍTULO 1 – REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO, PRINCÍPIOS E PODERES DA ADMINISTRAÇÃO	23
1.1. Regime Jurídico Administrativo.....	23
1.1.1. Conceito de Direito Administrativo.....	25
1.1.2. Fontes do Direito Administrativo e as novidades introduzidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	25
1.2. Princípios da Administração Pública	34
1.2.1. Conceito	34
1.2.2. Princípios Explícitos na Constituição Federal	35
1.2.2.1. Princípio da Legalidade	35
1.2.2.2. Princípio da Impessoalidade	38
1.2.2.3. Princípio da Moralidade	39
1.2.2.4. Princípio da Publicidade	42
1.2.2.5. Princípio da Eficiência	43
1.2.2.6. Outros Princípios Expressos na Constituição Federal..	44
1.2.3. Princípios Implícitos na Constituição Federal	46
1.2.3.1. Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular	46
1.2.3.2. Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público ...	50
1.2.3.3. Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade ..	57
1.2.3.4. Princípios da Segurança Jurídica e da Confiança Legítima	58
1.2.3.5. Princípio da Autotutela	63
1.2.3.6. Princípio da Motivação	65
1.2.3.7. Princípio da Especialidade	67
1.2.3.8. Princípio da Tutela ou Controle Finalístico	67
1.2.3.9. Princípio da Continuidade do Serviço Público	67
1.2.3.10. Princípio da Presunção de Legitimidade do Ato Administrativo	71

1.2.3.11. Princípio da Intranscendência Subjetiva das Sanções....	72
1.2.3.12. Princípios Implícitos e a Positivção na Ordem Jurídica.....	74
1.3. Poderes da Administração Pública	74
1.3.1. Conceito	74
1.3.2. Espécies de Poderes da Administração	75
1.3.2.1. Poder Vinculado	75
1.3.2.2. Poder Discricionário	76
1.3.2.3. Poder Hierárquico.....	79
1.3.2.4. Poder Disciplinar.....	80
1.3.2.5. Poder Regulamentar/Normativo.....	81
1.3.2.6. Poder de Polícia	83
1.3.3. Abuso de Poder	92
Questões.....	93
CAPÍTULO 2 – ESTADO, GOVERNO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÓRGÃOS PÚBLICOS	101
2.1. Estado	101
2.2. Governo.....	101
2.3. Administração Pública.....	102
2.3.1. Conceito, Natureza e Finalidade.....	102
2.3.2. Organização Administrativa	103
2.3.2.1. Formas de Atuação da Administração Pública.....	104
2.3.3. Administração Pública Indireta.....	105
2.3.3.1. Autarquias.....	105
2.3.3.2. Fundações.....	112
2.3.3.3. Empresas Estatais (Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista).....	113
2.3.4. Entidades Paraestatais/Terceiro Setor	125
2.3.4.1. Serviços Sociais Autônomos	125
2.3.4.2. Entidades ou Fundações de Apoio	125
2.3.4.3. Organizações Sociais (OSs).....	127
2.3.4.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e a Lei n. 13.019/2014.....	129
2.3.4.5. As novidades da Lei n. 13.019/2014, alterada pela Lei n. 13.204/2015	130
2.4. Órgãos Públicos	132
2.4.1. Conceito	132
2.4.2. Características dos Órgãos Públicos	133

2.4.3. Classificação dos Órgãos Públicos.....	134
Questões.....	135
CAPÍTULO 3 – AGENTES PÚBLICOS.....	147
3.1. Conceito.....	147
3.2. Classificação dos Agentes Públicos	147
3.2.1. Agentes Políticos.....	147
3.2.2. Agentes Administrativos (Servidores Públicos <i>Lato Sensu</i>).....	148
3.2.2.1. Servidores Estatutários.....	148
3.2.2.2. Empregados Públicos	149
3.2.2.3. Servidores Temporários	151
3.2.3. Particulares em Colaboração com a Administração.....	157
3.2.3.1. Agentes Delegados	157
3.2.3.2. Agentes Honoríficos.....	157
3.2.3.3. Gestores do Negócio Público	157
3.2.3.4. Agentes Credenciados	158
3.3. Disposições Constitucionais Relativas aos Agentes Públicos.....	158
3.3.1. Exigência de Concurso Público	158
3.3.2. Prazo de Validade do Concurso Público.....	162
3.3.3. Prioridade na Nomeação	164
3.3.4. Reserva de Percentual aos Portadores de Deficiência e as Cotas Raciais da Lei n. 12.990/2014.....	165
3.3.5. Direito à Livre Associação Sindical dos Servidores Públicos Civis	170
3.3.6. Direito de Greve	170
3.3.7. Fixação da Remuneração e Revisão Geral.....	173
3.3.8. Teto Remuneratório	174
3.3.9. Irredutibilidade de Vencimentos e Subsídios.....	175
3.3.10. Acumulação de Cargos Públicos.....	178
3.3.11. Obrigatoriedade do Regime Jurídico Único	181
3.3.12. Estabilidade.....	183
3.3.13. Disponibilidade.....	188
3.3.14. Aposentadoria.....	188
3.3.14.1. Aposentadoria por Invalidez Permanente.....	189
3.3.14.2. Aposentadoria Compulsória.....	190
3.3.14.3. Aposentadoria Voluntária.....	192
3.3.14.4. Aposentadoria Especial de Professor	192
3.3.14.5. Aposentadoria do Servidor em Condições Especiais..	193
3.4. Principais Disposições Previstas na Lei n. 8.112/90 – Estatuto dos Servidores Públicos Civis Federais.....	194

3.4.1.	Conceituação Preliminar	194
3.4.2.	Formas de Provimento	195
3.4.2.1.	Nomeação	195
3.4.2.2.	Readaptação	201
3.4.2.3.	Reversão	201
3.4.2.4.	Reintegração	202
3.4.2.5.	Recondução	203
3.4.2.6.	Aproveitamento	209
3.4.2.7.	Promoção	209
3.4.3.	Formas de Vacância	210
3.4.3.1.	Exoneração	210
3.4.3.2.	Demissão	210
3.4.3.3.	Aposentadoria	211
3.4.3.4.	Falecimento	211
3.4.3.5.	Promoção	211
3.4.3.6.	Readaptação	211
3.4.3.7.	Posse em outro Cargo Inacumulável	211
3.4.4.	Da Remoção	212
3.4.5.	Da Redistribuição	214
3.4.6.	Da Substituição	215
3.4.7.	Dos Direitos e Vantagens	215
3.4.7.1.	Do Sistema Remuneratório	215
3.4.7.2.	Das Vantagens Pecuniárias	219
3.4.7.2.1.	Das Indenizações	219
3.4.7.2.2.	Das Gratificações	222
3.4.7.2.3.	Dos Adicionais	223
3.4.7.3.	Das Férias	226
3.4.7.4.	Das Licenças	226
3.4.7.4.1.	Por Motivo de Doença em Pessoa da Família	226
3.4.7.4.2.	Por Motivo de Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	227
3.4.7.4.3.	Para o Serviço Militar	227
3.4.7.4.4.	Para o Desempenho de Atividade Política	227
3.4.7.4.5.	Capacitação	228
3.4.7.4.6.	Para Tratar de Interesse Particular	228
3.4.7.4.7.	Para Exercício de Mandato Classista	228
3.4.7.4.8.	Para Tratamento de Doença	228
3.4.7.4.9.	Por Acidente em Serviço	229
3.4.7.4.10.	À Gestante, à Adotante e à Paternidade	229

3.4.7.5. Dos Afastamentos.....	231
3.4.7.6. Do Regime Disciplinar.....	232
3.4.7.6.1. Dos Deveres do Servidor.....	232
3.4.7.6.2. Das Proibições do Servidor.....	233
3.4.7.6.3. Das Responsabilidades do Servidor.....	234
3.4.7.6.4. Das Penalidades Administrativas do Servidor.....	235
3.4.7.6.5. Competência para a Imposição das Penalidades Administrativas.....	238
3.4.7.6.6. Da Prescrição.....	239
3.4.7.6.7. Procedimentos Administrativos para Apuração de Faltas Disciplinares e Punição do Servidor.....	240
3.4.7.6.8. Da Revisão do Processo.....	245
3.5. Ética no Serviço Público.....	246
Questões.....	256
CAPÍTULO 4 – ATOS ADMINISTRATIVOS.....	275
4.1. Atos da Administração <i>vs.</i> Atos Administrativos.....	275
4.2. Elementos do Ato Administrativo.....	276
4.2.1. Competência.....	276
4.2.2. Finalidade.....	277
4.2.3. Forma.....	277
4.2.4. Motivo.....	278
4.2.5. Objeto.....	279
4.2.6. Mérito do Ato Administrativo – Análise Introdutória.....	279
4.2.7. Elementos <i>vs.</i> Pressupostos do Ato Administrativo.....	280
4.3. Atributos do Ato Administrativo.....	285
4.3.1. Presunção de Legitimidade.....	285
4.3.2. Autoexecutoriedade.....	286
4.3.3. Imperatividade.....	287
4.3.4. Tipicidade.....	287
4.4. Classificação dos Atos Administrativos.....	288
4.4.1. Quanto aos Efeitos.....	288
4.4.2. Quanto aos Destinatários.....	288
4.4.3. Quanto ao Alcance.....	288
4.4.4. Quanto à Quantidade de Manifestação de Vontade.....	289
4.4.5. Quanto ao Grau de Liberdade.....	289
4.4.6. Quanto à Formação da Vontade Administrativa.....	289
4.5. Modalidades de Atos Administrativos.....	290

4.5.1. Atos Normativos.....	290
4.5.2. Atos Ordinatórios	291
4.5.3. Atos Negociais.....	291
4.5.4. Atos Enunciativos	291
4.5.5. Atos Punitivos.....	292
4.6. Extinção dos Atos Administrativos.....	292
4.6.1. Conceitos Preliminares.....	292
4.6.2. Perfeição, Validade e Eficácia do Ato Administrativo	292
4.6.3. Efeitos Típicos e Atípicos do Ato Administrativo.....	293
4.6.4. Formas de Extinção do Ato Administrativo.....	293
4.6.4.1. Cassação do Ato Administrativo	294
4.6.4.2. Caducidade ou Decadência do Ato Administrativo...	294
4.6.4.3. Contraposição ou Derrubada do Ato Administrativo...	294
4.6.4.4. Anulação do Ato Administrativo	294
4.6.4.5. Revogação do Ato Administrativo	301
4.7. Convalidação.....	302
Questões	303
CAPÍTULO 5 – LICITAÇÃO	311
5.1. Fundamentos Constitucional e Infraconstitucional.....	311
5.2. Disposições Preliminares.....	322
5.2.1. Conceito de Licitação	322
5.2.2. Objeto da Licitação.....	322
5.2.3. Finalidades da Licitação.....	322
5.2.4. Preferências na Licitação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	327
5.3. Princípios.....	329
5.3.1. Princípios Gerais.....	329
5.3.1.1. Princípio da Legalidade	329
5.3.1.2. Princípio da Impessoalidade	329
5.3.1.3. Princípios da Moralidade e da Probidade.....	330
5.3.1.4. Princípio da Publicidade	330
5.3.1.5. Princípio da Igualdade	330
5.3.2. Princípios Específicos da Licitação.....	331
5.3.2.1. Princípio do Procedimento Formal	331
5.3.2.2. Princípio do Sigilo das Propostas.....	332
5.3.2.3. Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório	332
5.3.2.4. Princípio do Julgamento Objetivo.....	332

5.3.2.5.	Princípio da Adjudicação Compulsória	333
5.3.2.6.	Princípio da Competitividade.....	333
5.4.	Contratação Direta por Inexigibilidade e Dispensa de Licitação	334
5.4.1.	Inexigibilidade de Licitação.....	335
5.4.2.	Dispensa de Licitação.....	336
5.4.2.1.	Licitação Dispensável.....	337
5.4.2.2.	Licitação Dispensada	344
5.5.	Modalidades de Licitação.....	345
5.5.1.	Concorrência.....	347
5.5.2.	Tomada de Preços.....	348
5.5.3.	Convite	348
5.5.4.	Concurso.....	350
5.5.5.	Leilão	350
5.5.6.	Pregão	350
5.5.7.	Consulta	353
5.6.	Fases da Licitação	353
5.6.1.	Fase Interna	353
5.6.2.	Fase Externa	354
5.6.2.1.	Publicação do Instrumento Convocatório.....	355
5.6.2.2.	Habilitação dos Licitantes.....	355
5.6.2.3.	Julgamento das Propostas.....	357
5.6.2.4.	Homologação	358
5.6.2.5.	Adjudicação ao Vencedor.....	358
5.6.2.6.	Distinção das Fases de Licitação nas Modalidades Concorrência e Pregão	358
5.7.	Anulação e Revogação da Licitação	360
5.8.	Tipos de Licitação	362
5.9.	Sistema de Registro de Preços	362
5.10.	Regime Diferenciado de Contratação.....	363
	Questões	365
CAPÍTULO 6 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....		373
6.1.	Introdução	373
6.2.	Características do Contrato Administrativo.....	374
6.2.1.	Finalidade Pública na Atuação Administrativa	374
6.2.2.	Atuação da Administração como Poder Público.....	374
6.2.3.	Formalidades Legais	374
6.2.4.	Natureza de Contrato de Adesão	375
6.2.5.	Pessoalidade (<i>Intuitu Personae</i>)	375

6.2.6.	Cláusulas Exorbitantes.....	376
6.2.6.1.	Exigência de Garantia	376
6.2.6.2.	Alteração Unilateral do Contrato pela Administração Pública	377
6.2.6.3.	Rescisão Unilateral do Contrato pela Administração Pública	379
6.2.6.4.	Poder de Fiscalização da Administração Pública	380
6.2.6.5.	Ocupação Provisória do Objeto do Contrato pela Administração Pública	380
6.2.6.6.	Restrição à Exceção (Defesa) do Contrato Não Cumprido	381
6.2.6.7.	Aplicação Direta das Penalidades pela Administração	381
6.3.	Responsabilidade Contratual do Contratado	389
6.4.	Extinção do Contrato Administrativo.....	393
6.5.	Inexecução do Contrato Administrativo.....	394
6.5.1.	Formas de Inexecução sem Culpa	394
6.5.1.1.	Teoria da Imprevisão	394
6.5.1.2.	Caso Fortuito e Força Maior	394
6.5.1.3.	Fato do Príncipe	395
6.5.1.4.	Fato da Administração	395
6.5.1.5.	Interferências Imprevistas.....	395
6.6.	Prazo de Duração do Contrato	396
6.7.	Principais Contratos Administrativos.....	397
6.7.1.	Contrato de Obra Pública	397
6.7.2.	Contrato de Serviço.....	398
6.7.3.	Contrato de Fornecimento.....	398
6.7.4.	Contrato de Concessão de Serviço Público	398
6.7.5.	Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido da Execução de Obra Pública	398
6.7.6.	Contrato de Permissão de Serviço Público	398
6.8.	Convênios e Consórcios	399
	Questões	400
CAPÍTULO 7 – SERVIÇOS PÚBLICOS		413
7.1.	Fundamento Constitucional	413
7.2.	Conceito de Serviço Público	413
7.3.	Princípios Aplicáveis à Prestação do Serviço Público	413
7.3.1.	Princípio da Regularidade na Prestação.....	414
7.3.2.	Princípio da Eficiência	414
7.3.3.	Princípio da Segurança.....	414

7.3.4. Princípio da Atualidade	416
7.3.5. Princípio da Generalidade/Universalidade	416
7.3.6. Princípio da Cortesia na Prestação.....	416
7.3.7. Princípio da Modicidade das Tarifas.....	416
7.3.8. Princípio da Continuidade do Serviço Público.....	418
7.4. Classificação do Serviço Público	421
7.4.1. Quanto à Essencialidade/Delegabilidade.....	421
7.4.2. Quanto ao Objeto	421
7.4.3. Quanto ao Usuário	422
7.5. Direitos e Obrigações dos Usuários	422
7.6. Formas de Prestação do Serviço Público	422
7.6.1. Serviço Centralizado	422
7.6.2. Serviço Descentralizado	422
7.7. Formas de Delegação do Serviço Público ao Particular	423
7.7.1. Concessão de Serviço Público	423
7.7.1.1. Responsabilidade do Concessionário	424
7.7.1.2. Intervenção do Poder Concedente	427
7.7.1.3. Formas de Extinção do Contrato de Concessão.....	427
7.7.1.4. Parcerias Público-Privadas (PPPs).....	429
7.7.2. Permissão de Serviço Público.....	430
7.7.3. Autorização de Serviço Público	431
7.8. Código de Defesa dos Usuários dos Serviços Públicos – Novidade in- troduzida pela Lei n. 13.460/2017.....	431
Questões	440
CAPÍTULO 8 – RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	453
8.1. Introdução	453
8.2. Evolução Histórica	453
8.3. Previsão Constitucional	455
8.4. Responsabilidade Objetiva e Subjetiva do Estado.....	457
8.5. Excludentes de Responsabilidade.....	460
8.6. Prazo Prescricional da Ação de Indenização	464
8.7. Responsabilidade Subsidiária do Estado	466
8.8. Denúnciação da Lide.....	467
8.9. Responsabilidade por Atos do Legislativo e do Judiciário	468
Questões	469
CAPÍTULO 9 – CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	479
9.1. Introdução	479

9.2. Classificação do Controle Administrativo	479
9.2.1. Quanto à Origem	479
9.2.2. Quanto ao Momento de Exercício	479
9.2.3. Quanto ao Objeto	480
9.3. Controle Administrativo	481
9.4. Controle Legislativo ou Parlamentar	482
9.5. Controle Judicial	484
9.5.1. Controle Judicial por Meio das Súmulas Vinculantes	486
9.5.2. Controle Judicial da Omissão Administrativa	487
9.5.3. Controle Judicial das Políticas Públicas	489
9.5.4. Controle Judicial Especial.....	492
Questões	493
CAPÍTULO 10 – PROCESSO ADMINISTRATIVO	503
10.1. Conceito.....	504
10.2. Princípios.....	504
10.2.1. Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa.....	504
10.2.2. Princípio da Oficialidade ou do Impulso Oficial.....	505
10.2.3. Princípio do Informalismo ou Formalismo Moderado.....	505
10.2.4. Princípio da Verdade Material.....	506
10.2.5. Princípio da Celeridade Processual ou Duração Razoável do Processo.....	506
10.3. Direitos e Deveres dos Administrados	507
10.4. Competência	507
10.5. Fases do Processo Administrativo	508
10.6. Do Impedimento e da Suspeição	510
10.7. Contagem de Prazos	510
10.8. Da Prioridade na Tramitação do Processo Administrativo	511
Questões	511
CAPÍTULO 11 – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	525
11.1. Introdução	525
11.2. Sujeito Passivo.....	525
11.3. Sujeito Ativo	525
11.4. Do Ato de Improbidade.....	529
11.5. Do Elemento Subjetivo	534
11.6. Sanções	534
11.7. Da Ação de Improbidade Administrativa	536

11.8. Da Prescrição	545
Questões	552
CAPÍTULO 12 – BENS PÚBLICOS	565
12.1. Definição Legal de Bens Públicos	565
12.1.1. Divergência Doutrinária quanto à sua Definição.....	566
12.2. A Concepção de Bens Públicos à Luz dos Direitos Fundamentais.....	572
12.3. Regime Jurídico dos Bens Públicos	574
12.3.1. Inalienabilidade/Alienabilidade Condicionada	575
12.3.2. Impenhorabilidade	576
12.3.3. Imprescritibilidade	577
12.3.4. Não Onerabilidade	578
12.3.5. Polícia dos Bens Públicos e Imunidade Tributária como Inte- grantes do seu Regime Jurídico	579
12.4. Classificação quanto à Titularidade	581
12.5. Classificação quanto à Sua Destinação	581
12.5.1. Bens de Uso Comum do Povo	582
12.5.2. Bens de Uso Especial	583
12.5.3. Bens Dominicais	583
12.6. Bens Difusos e de Interesse Público	584
12.7. Utilização Privativa pelo Particular	585
12.7.1. Autorização de Uso	586
12.7.2. Permissão de Uso	587
12.7.3. Concessão de Uso	588
12.7.4. Institutos Correlatos	589
Questões	590
CAPÍTULO 13 – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIE- DADE PRIVADA	597
13.1. Servidão Administrativa	597
13.1.1. Definição	597
13.1.2. Da Formalização da Constituição da Servidão Administrativa..	599
13.1.3. Da Indenização	600
13.1.4. Diferenças entre Servidão e Limitação Administrativas	600
13.1.5. Da Extinção da Servidão Administrativa	601
13.1.6. Resumo das Principais Características da Servidão Administra- tiva	602
13.2. Ocupação Temporária.....	602
13.2.1. Definição.....	602

13.2.2. Da Indenização	602
13.2.3. Da Formalização da Instituição da Ocupação Temporária.....	603
13.2.4. Diferenças entre Ocupação Temporária e Requisição Administrativa	603
13.2.5. Resumo das Principais Características da Ocupação Temporária	604
13.3. Tombamento.....	604
13.3.1. Definição e Objeto	604
13.3.2. Natureza Jurídica	605
13.3.3. Espécies de Tombamento.....	605
13.3.4. Formalização do Tombamento.....	606
13.3.5. Obrigações Oriundas do Tombamento	606
13.3.6. Da Extinção do Tombamento.....	608
13.4. Desapropriação.....	609
13.4.1. Definição de Desapropriação.....	609
13.4.2. Fundamentos da Desapropriação	610
13.4.3. Espécies de Desapropriação	611
13.4.4. Desapropriação Indireta	612
13.4.4.1. Definição	612
13.4.4.2. Fundamento Jurídico da Desapropriação Indireta.....	613
13.4.4.3. Efeitos da Desapropriação Indireta.....	614
13.4.4.4. Da Ação de Indenização Fruto da Desapropriação Indireta	615
13.4.5. A Expropriação de Glebas de Culturas Ilegais de Plantas Psicotrópicas ou Daquelas Utilizadas para Trabalho Escravo – EC n. 81, de 2014	619
13.4.6. Procedimento Administrativo da Desapropriação Comum	621
13.4.6.1. Fase Declaratória.....	621
13.4.6.2. Fase Executória	622
13.4.7. Procedimento Judicial da Desapropriação Comum	623
13.4.7.1. Da Imissão Provisória na Posse	623
13.4.7.2. Da Contestação.....	624
13.4.7.3. Da Perícia	624
13.4.7.4. Da Indenização	626
13.4.7.5. Da Sentença.....	630
13.4.7.6. Sucumbência nas Ações de Desapropriação.....	631
13.4.8. Desapropriação Sancionatória Rural para Fins de Reforma Agrária	633
13.4.8.1. Procedimento Administrativo	636
13.4.8.2. Procedimento Judicial	636

13.4.9. Desapropriação Sancionatória Urbanística	637
13.4.10. Direito de Extensão.....	637
13.4.11. Tredestinação e Retrocessão	638
13.5. Parcelamento Compulsório	638
13.5.1. Fonte Normativa Constitucional e Infraconstitucional.....	638
13.5.2. Definição do Bem Objeto do Parcelamento Compulsório.....	640
13.5.3. Procedimento do Parcelamento Compulsório	640
Questões	641
<i>Referências</i>	653